



EESC Info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

February 2021 | PT



QFP: o bom, o mau e o vilão

O seu *browser* não suporta o ficheiro de áudio.

O *podcast* «The Grassroots View» [A perspetiva dos cidadãos] abre a sua segunda temporada com um episódio sobre o novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP). Os nossos quatro convidados apontam-nos o bom, o mau e o vilão deste acordo há muito aguardado.

Jan Olbrycht, deputado europeu e correlator do Parlamento Europeu sobre o QFP, explica por que motivo as negociações foram tão difíceis e sublinha igualmente a importância do novo Programa UE pela Saúde.

Stefano Palmieri, presidente da [Secção ECO](#) do Comité Económico e Social Europeu, vê uma oportunidade de modernizar o sistema económico e social europeu. Apresenta a visão da sociedade civil juntamente com dois outros oradores: **Gabriella Civico**, membro do Comité Diretor da [Sociedade Civil Europa](#), e Szuzsanna Szabó, jornalista e membro da [Fundação Res Publica](#). Partilham preocupações semelhantes quanto aos recursos próprios da UE e à insuficiência do novo mecanismo de condicionalidade do Estado de direito.

Available Languages:

ES	BG	CS	DA	EN	DE	ET	FR	EL	GA	HR	IT	LV	LT	HU	MT
NL	PL	PT	FI	RO	SK	SL	SV								

EDITORIAL



[Aplaudimos a coragem e a solidariedade da sociedade civil europeia](#)

Aplaudimos a coragem e a solidariedade da sociedade civil europeia

Caras leitoras, caros leitores,

Em 15 de fevereiro, teve lugar a cerimónia de entrega do Prémio para a Solidariedade Civil. Este prémio foi lançado em julho de 2020, quando a Europa se encontrava no rescaldo da primeira vaga da pandemia de COVID-19. Nessa altura, acabávamos de sair do primeiro confinamento, que nos manteve fechados em casa, a assistir às reportagens mediáticas de cenas desoladoras nos hospitais europeus e a aplaudir aos profissionais de saúde todas as noites.

Contudo, de todos os cantos da UE logo começaram a chegar histórias de atos de solidariedade, mostrando que muitas pessoas não se limitaram a deixar passar o tempo, mas correram a ajudar os mais vulneráveis entre nós, os mais afetados pela crise ou os necessitados de alguma outra forma.

Por exemplo, confeccionaram e distribuíram máscaras faciais e batas médicas, transformaram hotéis em hospitais de campanha, forneceram comida às pessoas idosas ou vulneráveis, prestaram apoio digital para o acompanhamento das aulas em casa ou simplesmente realizaram projetos artísticos ou lúdicos para que a vida durante a pandemia fosse mais suportável.

A sociedade civil, através das suas organizações e pessoas, esteve na vanguarda destas ações. Sem a sua ajuda no terreno, o preço a pagar por esta pandemia teria sido muito mais elevado.

Num esforço para reconhecer tão grande entusiasmo e o trabalho levado a cabo pelos cidadãos, em 2020, decidimos substituir temporariamente o nosso emblemático Prémio para a Sociedade

Civil, que atribuímos anualmente desde 2006 às organizações da sociedade civil e a indivíduos, cujos projetos excepcionais celebram a nossa identidade europeia e os nossos valores comuns num determinado domínio de atividade.

Criámos, então, o Prémio para a Solidariedade Civil, de edição única, sob o tema «A sociedade civil contra a COVID-19», dedicado especificamente à luta contra a COVID-19 e as suas terríveis consequências.

Em vez dos habituais cinco vencedores, quisemos atribuir este prémio a um máximo de 29 projetos realizados por indivíduos, organizações da sociedade civil e empresas. Os projetos tinham de ser estritamente sem fins lucrativos e não podiam ser financiados em mais de 50% por fundos públicos. Procurávamos um vencedor de cada Estado-Membro e do Reino Unido – pretendendo, com este gesto, demonstrar a nossa intenção de manter os laços estreitos com a sociedade civil daquele país apesar da sua saída da UE – e ainda outro vencedor com uma dimensão transfronteiras ou pan-europeia.

Em 30 de setembro, último dia do prazo para concorrer, já tínhamos recebido 250 candidaturas provenientes de toda a UE. Todas as candidaturas recebidas eram uma demonstração da participação altruísta dos cidadãos e da sociedade civil no terreno. Os projetos, que tinham a solidariedade como denominador comum, foram agrupados em cinco temas principais: fornecimento de alimentos e assistência a grupos vulneráveis, equipamento médico, serviços de aconselhamento, serviços educativos e informação sobre a pandemia e oferta cultural.

Após uma análise cuidada, seleccionámos 23 vencedores abrangendo os cinco temas. São estes que, a nosso ver, melhor representam as atividades da sociedade civil em toda a Europa para ajudar as comunidades a fazer face à pandemia. Atribuímos 10 000 euros a cada galardoado, esperando que este incentivo financeiro os ajude a prosseguir o seu trabalho e que o prémio aumente a visibilidade dos seus projetos.

Esperamos, também, sensibilizar para a importância não só destes projetos, mas também de inúmeras outras iniciativas úteis e criativas que os cidadãos estão a realizar na UE. Todos eles provam que a solidariedade é a chave para superar qualquer crise. Através do seu trabalho, estão a construir um futuro melhor para a Europa, que, assim se espera, emergirá desta provação mais forte e mais unida.

Por isso, na nossa cerimónia de entrega do prémio, realizada à distância em 15 de fevereiro, não aplaudimos só os nossos 23 vencedores. Homenageámos toda a sociedade civil europeia e muitas das suas organizações, empresas e indivíduos que demonstraram, e continuam a demonstrar, solidariedade, coragem e responsabilidade cívica sem precedentes nestes tempos difíceis e incertos.

Cillian Lohan

Vice-presidente responsável pela Comunicação

AGENDA

1 a 5 de março de 2021, Bruxelas
Jornadas da Sociedade Civil 2021

18 e 19 de março de 2021, Bruxelas
A tua Europa, a tua voz 2021

24 e 25 de março de 2021, Bruxelas
Reunião plenária do CESE

«UMA PERGUNTA A...»



Uma pergunta a...

Na nossa secção «Uma pergunta a...» solicitamos aos membros do CESE que se pronunciem sobre uma questão de atualidade que nos pareça particularmente pertinente.

Pedimos a **Peter Schmidt**, presidente da Secção da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente (NAT), que partilhasse com os leitores do *CESE Info* a sua opinião sobre a cultura alimentar e o consumo de alimentos durante a pandemia.

O impacto da COVID-19 na cadeia de abastecimento alimentar

CESE Info: Os restaurantes e bares encerraram durante a pandemia. De que forma esta situação afeta os produtores e fornecedores de alimentos, os donos de restaurantes, a cultura alimentar e o consumo de alimentos? Qual é a melhor forma de criar condições para que as pessoas possam recomeçar a trabalhar?

Peter Schmidt, presidente da Secção NAT: Mesmo em tempos normais, os produtores de alimentos, a indústria de processamento de alimentos e os retalhistas de produtos alimentares estão sob pressão. Todas as pessoas esperam um abastecimento adequado de alimentos de elevadíssima qualidade, dia e noite.

Entre todas as más notícias trazidas pela pandemia, há uma que é positiva, ou seja, o abastecimento alimentar da Europa funciona bem mesmo em tempos de crise. A cadeia de abastecimento alimentar é, provavelmente, a que melhor tem funcionado durante a crise atual. Não houve uma única vez em que as prateleiras nos supermercados europeus estivessem vazias.

Contudo, a pandemia revelou alguns pontos fracos que tinham passado despercebidos. Passo a salientar, resumidamente, três deles.

Um problema que rapidamente se tornou evidente dizia respeito ao emprego de trabalhadores para as colheitas da agricultura, um outro foi o da estrutura da indústria de carnes.

Em ambos os casos, a produção dependia de mão de obra barata, predominantemente oriunda de países da Europa Oriental e oferecida por migrantes (ou por nacionais de países terceiros), e havia abusos no que se refere à livre circulação de trabalhadores na Europa e uma enorme pressão sobre os preços dos produtos agrícolas e alimentares.

As restrições de viagens e os confinamentos interromperam estas cadeias de abastecimento. Ao mesmo tempo, chegaram a público notícias sobre as condições horríveis em que essas pessoas viviam e trabalhavam. Essa situação conduziu também a cadeias de infeção e a surtos da doença. O caso da indústria de carnes levou o Governo alemão a adotar legislação para proteger os trabalhadores.

A terceira área da cadeia de abastecimento alimentar que enfrenta enormes dificuldades é o setor hoteleiro e da restauração, e toda a indústria do turismo a nível mundial.

Na maioria dos países, as empresas de hotelaria e restauração encerraram devido a proibições, medidas de recolher obrigatório, restrições de viagens e confinamentos. Milhares de empresas lutam para sobreviver ou estão em risco de falir.

Milhões de trabalhadores estão em regime de *lay-off* ou são abrangidos por programas de retenção de emprego ou perderam o emprego. Muitas empresas hoteleiras começaram a reestruturar-se e colocaram trabalhadores em regime de *lay-off*. O futuro do setor é incerto e a recuperação antevê-se longa e difícil.

É urgente pôr em prática as seguintes medidas:

- assegurar uma adoção e implementação rápidas do Plano de Recuperação da União Europeia: as empresas e os trabalhadores não podem continuar à espera;
- colocar o setor da hotelaria e restauração e o turismo no centro dos planos de recuperação e resiliência nacionais, envolvendo os parceiros sociais nos esforços para salvar o maior número possível de empregos, apoiar economicamente o setor e facilitar e promover, de forma segura e coordenada, um regresso às viagens;
- prolongar pelo menos até setembro de 2021 todas as medidas de emergência, como os regimes de redução do tempo de trabalho, assegurando o pagamento de subsídios justos a todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores sazonais e temporários;
- aumentar os subsídios de redução do tempo de trabalho para 100%;
- assegurar a correta aplicação e execução da legislação da UE aplicável em matéria de direitos dos trabalhadores transfronteiriços e sazonais, nomeadamente o direito a salário igual para trabalho igual no mesmo local, incluindo através de inspeções laborais conjuntas e concertadas a nível nacional e transfronteiriço;
- promover um novo modelo de turismo sustentável através do Pacto Ecológico Europeu e da Estratégia do Prado ao Prato.

Qualquer apoio financeiro, como auxílios estatais, empréstimos ou isenções fiscais, só deve ser concedido a empresas que:

- salvaguardem o emprego, criem empregos dignos e respeitem os direitos dos trabalhadores e as convenções coletivas;
- não estejam registadas em paraísos fiscais e tenham pago sempre a sua quota-parte de impostos e contribuições para a segurança social;
- concordem em suspender o pagamento de dividendos, a recompra de ações e as opções de subscrição de ações durante a crise.

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



O convidado surpresa

Todos os meses, apresentamos um convidado surpresa – uma personalidade que partilha o seu ponto de vista sobre temas da atualidade e nos traz uma lufada de ar fresco para alargar os nossos horizontes, nos inspirar e nos fazer prestar atenção ao mundo de hoje. Nesta edição de fevereiro, temos o prazer de receber duas personalidades de esferas diferentes – a cultura e a comunicação social –, que podem ajudar-nos a compreender melhor os acontecimentos que nos rodeiam e a inspirar-nos. Falamos de **Hélène Theunissen**, mulher do teatro e do cinema belga, e de **Nicolas Gros-Verheyde**, especialista e observador da política europeia.

Atriz, encenadora e adaptadora há mais de trinta anos, **Hélène Theunissen** desempenhou perto de uma centena de papéis em praticamente todos os teatros francófonos da Bélgica, tendo atuado igualmente em França. Encenou e adaptou uma dezena de espetáculos, os últimos dos quais «Le Songe d’une nuit d’été», de William Shakespeare, no Théâtre des Martyrs, e «Les Murs murmurent», de e com Babetida Sadjo, no Théâtre Le Public, em Bruxelas. Participou em várias longas metragens, entre as quais «Girl», de Lukas Dhont, e na série «Unité 42», produzida pela RTBF, na Bélgica.

Jornalista francês, correspondente junto da UE/OTAN, **Nicolas Gros-Verheyde** é conhecido e apreciado no meio europeu pelo seu grande conhecimento dos assuntos europeus e da política externa. Correspondente do «Sud-Ouest» (anteriormente «Ouest France» e «France-Soir»), fundou, em 2008, a plataforma em linha B2-Bruxelles2, o primeiro sítio Web de notícias em francês consagrado aos assuntos europeus, às questões estratégicas e à defesa da UE, bem como à ação da diplomacia europeia. É também o autor do manual «La politique européenne de sécurité e de défense commune. Parce que l'Europe vaut bien une défense». (ehp)



Hélène Theunissen: «O artista que não pode criar tem uma sensação de vazio»

Os artistas estão entre os danos colaterais desta pandemia. Os teatros estão encerrados, apesar de se terem registado algumas pequenas aberturas temporárias. Muitos atores, encenadores, músicos, bailarinos ou técnicos do espetáculo encontram-se sem trabalho nestas circunstâncias imprevistas. As consequências principais são o receio do futuro e uma grande frustração. O artista que não pode criar sente-se vazio e inútil.

Contrariamente ao que alguns pensam – que podemos aproveitar este período para ler, escrever, rever projetos ou trabalhar em novos projetos –, a verdade é que a inspiração não funciona por encomenda. Num clima de insegurança e ansiedade, o artista tem menos inspiração. Este tempo «obrigatório» que nos é imposto é muito difícil de aproveitar, porque está suspenso e não foi uma escolha nossa. Os artistas estão muito desanimados com esta situação. E quanto mais tempo passa, maior é o desânimo. É a terceira vez, num ano, que se encerram os teatros e se cancelam os espetáculos.

Esta situação é agravada pelas consequências financeiras. É evidente que o regime de *lay-off* dá uma ajuda, mas as medidas administrativas são complexas e demoram muito tempo a ativar. O dinheiro demora a chegar às contas bancárias, e este regime cobre apenas uma parte do salário. Em consequência, muitos artistas encontram-se numa situação financeira precária.

Quanto às reprogramações, os diretores de teatro não têm mãos a medir e têm de fazer escolhas no que se refere a adiar, para as próximas temporadas, os espetáculos que foram vítimas da crise sanitária. Os novos projetos serão os últimos a ser tidos em conta. Há um verdadeiro estrangulamento nos teatros, óperas, cinemas e no setor dos eventos. As perspetivas são incertas e a situação gera ansiedade.

Neste clima de incerteza, é praticamente impossível encontrar formas de se manter organizado.

Ouvir nos meios de comunicação social que fazemos parte dos serviços «não essenciais» para a sociedade é profundamente ofensivo, mas também suscita muitas interrogações para todos os que trabalham no mundo da cultura. Investi toda a minha vida na minha profissão: ouvir dizer que todo este trabalho é considerado pelo Estado como «não essencial» é aflitivo e desencorajador. Os artistas encontram-se, pois, num período muito difícil, tanto do ponto de vista financeiro como em relação ao estado de ânimo.

Voltar a ser essenciais

Há também aspetos positivos. Há uma grande solidariedade entre os artistas. Além disso, alguns artistas tiraram partido das novas tecnologias para encontrar novas formas de expressão. Foi necessário inventar novas formas de existir. Mas nunca se poderá substituir a presença real de um artista no palco. O que é magnífico no espetáculo ao vivo é a comunhão única e excecional com o público de carne e osso. A presença física do artista e do público são indispensáveis para que se crie o momento de graça artística.

As pessoas começam a sentir falta da cultura, o que também é positivo. Quando os espaços culturais

reabrirem, penso que o público se mobilizará de outra forma, porque terá percebido quão essencial é a cultura, e que os artistas são fundamentais para a liberdade e o desenvolvimento coletivos. Pode ser que, esperemos, as pessoas queiram desfrutar mais da cultura do que antes.

Para quem exerce estas profissões, a crise torna a vida difícil em qualquer idade, mas a situação dos jovens é a mais dramática. Neste momento, no Conservatório, trabalho com os meus estudantes, aprendizes de atores, sem sequer ver os seus rostos. Sentem-se desesperados e frustrados. Atualmente, não é possível oferecer nada aos que acabaram o seu curso. Já não têm acesso às redes profissionais. Precisarão de muito apoio após esta crise.

Mas esta suspensão da atividade afeta todas as gerações de artistas, porque quanto mais experiência temos, maior é o desejo de estar no palco. As pessoas mais velhas receiam não voltar a ter qualquer oportunidade, e que este período de inatividade marque o fim da sua carreira.

Enfrentamos as dificuldades em função da energia de que dispomos. Algumas pessoas desanimaram e já não têm inspiração. Há outras que têm o dobro da energia e tentam fazer tudo o que está ao seu alcance – por exemplo, através das redes sociais e das novas tecnologias. E há outras pessoas que, como eu, um dia se sentem dinâmicas e no dia seguinte já não têm energia nenhuma.

Hélène Theunissen



Nicolas Gros-Verheyde: perante a COVID-19, o risco de uma Europa ademocrática

As medidas adotadas por vários países europeus em nome da saúde podem causar uma vítima colateral: o Estado de direito

Embora o surto de COVID-19, em fevereiro e março de 2020, tenha apanhado todos de surpresa e tenha exigido medidas improvisadas e urgentes, a situação hoje é distinta. O combate à crise sanitária pode justificar a adoção de medidas drásticas, mas há que antecipar melhor estas medidas e, acima de tudo, controlá-las de forma mais democrática. O que não acontece neste momento.

Na maior parte das vezes, as medidas são tomadas à pressa pelo executivo, na sequência de reuniões dos conselhos de defesa ou de outros comités de concertação, cuja composição permanece misteriosa, sem que seja realizada uma verdadeira consulta (no sentido de uma informação prévia, com um período de reflexão) dos diferentes parceiros (sociais, económicos, políticos) e sem qualquer decisão do respetivo

parlamento nacional.

Alguns princípios fundamentais – consagrados na Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH) ou na Carta dos Direitos Fundamentais da UE – são assim claramente «postos de parte» por um período de tempo indeterminado. A liberdade de reunião e de associação (artigo 11.º da CEDH) é violada e severamente limitada. O direito de expressar uma opinião, através de formas de expressão como o cinema ou o teatro, é proibido. A liberdade de circulação é significativamente restringida: um recolher obrigatório às 18 horas (em

França), necessidade de autorizações para sair do país (Bélgica), etc. A liberdade de manifestar a sua religião (artigo 9.º da CEDH), o direito à educação e o direito de exercer uma atividade profissional (artigos 14.º e 15.º da Carta) são limitados de forma draconiana, para não falar do direito ao respeito pela vida privada e familiar (artigo 8.º da CEDH).

Estas decisões, uma vez tomadas, são aplicadas imediatamente, de forma empírica, com uma grande margem de arbitrariedade. O que constitui um «motivo imperioso» que justifique a passagem de uma fronteira (lado belga), e o que não o constitui? Ou um «motivo essencial»? Compete às autoridades policiais, ou mesmo aos simples funcionários das companhias aéreas, controlar, o que é muito delicado.

As instâncias europeias praticamente não são consultadas. Assim, a reintrodução de determinados controlos nas fronteiras não foi notificada por Paris à Comissão Europeia, como previsto no Código das Fronteiras Schengen. De modo análogo, as medidas belgas, excessivamente discriminatórias relativamente aos empregadores europeus, não suscitaram mais do que um murmúrio inaudível por parte do executivo europeu.

Quanto aos parlamentos nacionais, e ao Parlamento Europeu, parecem aterrorizados sob o jugo da crise. Todos receiam que, ao exigir o respeito das regras, possam ser vistos como um obstáculo ao que se tornou uma causa nacional de tempo de guerra: a luta contra a epidemia. Ora, apesar de tudo, não estamos em guerra. Aliás, os governos não recorreram, em nenhum momento, a essa disposição prevista no seu arsenal constitucional que, em última análise, se encontra bem regulada.

Mesmo a cláusula de derrogação da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, o famoso artigo 15.º, não foi invocada, a não ser por alguns países. As velhas democracias do continente não ousaram fazê-lo, por razões simbólicas. Trata-se de uma verdadeira «quarentena», como escreve o professor emérito da Universidade de Montpellier, Frédéric Sudre, um dos melhores especialistas da CEDH.

Se é verdade que os atropelos à democracia e as violações do Estado de direito estão a ser, por enquanto, tolerados pela população, nem por isso deixam de causar danos, ainda que invisíveis. Podem provocar uma forte indignação, tão imprevisível quanto explosiva. Podem conduzir a uma derrapagem, nas próximas eleições, para o populismo mais extremo. Acima de tudo, podem fornecer argumentos sólidos aos adversários da unidade europeia, tanto dentro como fora do continente. O comportamento da Rússia em relação ao chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, durante a sua visita a Moscovo, em 5 de fevereiro, não é um epifenómeno. Está na altura de mudar de atitude.

Nicolas Gros-Verheyde

Chefe de redação da B2 - bruxelles2.eu

NOTÍCIAS DO CESE



É tempo de agir e de dar à palavra «comunidade» um novo sentido

Em 27 de janeiro, o primeiro-ministro de Portugal, António Costa, apresentou as prioridades da Presidência portuguesa da UE durante a reunião plenária do CESE. Portugal colocou a agenda social no topo do programa da sua Presidência e solicitou ao CESE que contribuísse com os seus conhecimentos especializados para sete temas fundamentais para o futuro da UE.

Sob o lema «**Tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital**», a Presidência portuguesa centrar-se-á em três prioridades principais: promover uma recuperação assente nas transições ecológica e digital, concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e reforçar a autonomia da Europa preservando simultaneamente a sua abertura ao mundo.

«Estas prioridades correspondem perfeitamente às prioridades do nosso Comité: defendemos uma UE economicamente próspera, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável», declarou a presidente do CESE, **Christa Schweng**.

«A luta contra a pandemia de COVID-19 comprovou o valor acrescentado da nossa União Europeia. O início do processo de vacinação, por um lado, e a aprovação do Quadro Financeiro Plurianual e do instrumento Next Generation EU, por outro, são fonte de esperança e vieram renovar o sentido da palavra "comunidade"», salientou **António Costa**.

O evento central da Presidência portuguesa será a **Cimeira Social**, que terá lugar no Porto, em 7 de maio.

«O objetivo principal desta cimeira é dar um forte impulso político ao plano de ação que a Comissão apresentará em março e implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais Social, a melhor vacina contra a desigualdade social, o populismo e o medo», sublinhou.

António Costa afirmou igualmente que, para concretizar este objetivo fundamental, a Presidência portuguesa contava com o importante contributo e a participação ativa do CESE. A Presidência solicitou ao CESE que contribuísse com os seus conhecimentos especializados para [sete temas fundamentais](#) para o futuro da UE. (mr)



CESE apoia Comissão Europeia na luta pela recuperação da Europa após a COVID-19

A Presidência do CESE, centrada na construção de uma UE mais forte do ponto de vista económico, social e ambiental, apoia os esforços da Comissão para ajudar a Europa a reerguer-se após a crise da COVID-19. Esta é a mensagem que a presidente do CESE, Christa Schweng, dirigiu ao vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelas Relações Interinstitucionais e Prospetiva, Maroš Šefčovič, que participou na reunião plenária de janeiro do Comité.

Christa Schweng manifestou o pleno apoio do CESE à Comissão, reiterando o compromisso assumido em julho de 2020 com a adoção do [Contributo do CESE para o programa de trabalho da Comissão Europeia](#)

[para 2021](#): «O Comité deseja dar um contributo importante para a recuperação e a resiliência futura da Europa, a fim de assegurar uma UE economicamente próspera, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável», declarou a presidente. «O desafio que agora se coloca é dar uma resposta eficaz às dificuldades económicas e sociais causadas pela COVID-19.»

Por seu lado, **Maroš Šefčovič** afirmou que o programa de trabalho da Comissão para 2021 foi concebido para ajudar a UE a superar a fragilidade causada pela crise e a criar uma nova dinâmica através de soluções orientadas para o futuro: «A nossa União deu provas de grande solidariedade e unidade. Não nos limitamos a recuperar mas pretendemos também avançar e, depois de todos os desafios de 2020, chegou o momento de lançar a recuperação da crise da COVID-19 e construir o futuro que queremos para a nossa União».

No que diz respeito às medidas que estão a ser tomadas para combater a pandemia, salientou que os esforços e o trabalho da Comissão em prol de uma União Europeia da Saúde permitiram à UE adotar uma abordagem coordenada em matéria de vacinação e assegurar a carteira de vacinas mais vasta do mundo, que ascende a 2,3 mil milhões de doses. (mp)



Novo Código de Conduta do CESE impõe tolerância zero em matéria de assédio

Mais clareza, maior transparência financeira, regras estritas em matéria de assédio e sanções mais severas em caso de má conduta: em 28 de janeiro de 2021, os membros do CESE aprovaram uma revisão importante do seu Código de Conduta. Trata-se do primeiro marco na reforma do Comité que a nova liderança do CESE está a empreender.

As novas regras preveem diversas melhorias para prevenir eficazmente o assédio e gerir com eficiência os casos de má conduta. A prioridade principal é a prevenção, mas será doravante possível impor um conjunto de sanções aos membros do CESE sempre que se confirmem casos de má conduta.

No início do seu mandato em outubro último, a presidente do CESE, **Christa Schweng**, prometeu reforçar o Código de Conduta. «Cumprimos essa promessa. O excelente trabalho da Comissão do Regimento assegurou um amplo apoio a esta proposta. Tal confirma o nosso compromisso em prol de normas éticas rigorosas e métodos de trabalho modernos e transparentes», afirmou **Christa Schweng**.

Todas as alegações de má conduta serão investigadas pelo novo Comité de Ética, dotado de poderes de investigação claramente definidos. Tanto os membros como o pessoal do CESE poderão apresentar queixa junto do Comité de Ética. Em caso de abertura de inquérito, todos os denunciante como tal reconhecidos beneficiarão de proteção, e o Comité cooperará estreitamente com o OLAF.

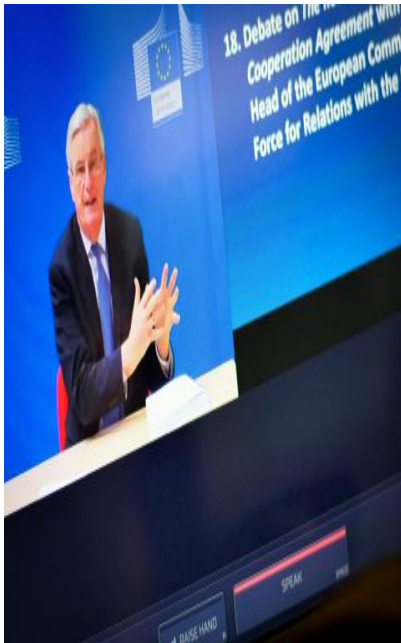
Consoante o resultado da investigação e a gravidade da má conduta, os membros poderão sofrer diversas sanções, nomeadamente:

- a destituição de um ou mais cargos que exerçam no CESE,
- o pagamento de uma indemnização pelos danos causados,
- a perda temporária do direito aos subsídios destinados aos membros,
- a suspensão da participação em algumas ou todas as atividades ou missões do CESE,
- a proibição de representar o CESE em qualquer fórum nacional, interinstitucional ou internacional,
- a perda do direito de acesso a informações confidenciais ou classificadas.

Nos casos mais graves, será igualmente possível recomendar a expulsão do membro do CESE.

As novas regras também reforçam a transparência financeira, sobretudo em matéria de reembolso das despesas de deslocação em serviço e das atividades dos membros. Todos os anos, os membros deverão apresentar uma declaração financeira, que estará disponível no sítio Web do CESE. O documento esclarece igualmente as situações em que pode haver conflitos de interesses.

A alteração do Código de Conduta dá seguimento aos apelos e às recomendações do Parlamento Europeu, bem como às recomendações da Provedora de Justiça Europeia e do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF).



UE pretende acompanhar de perto a aplicação do Acordo de Comércio e Cooperação com o Reino Unido

Pela primeira vez desde a assinatura do Acordo de Comércio e Cooperação entre a UE e o Reino Unido, Michel Barnier, chefe do Grupo de Trabalho das Relações com o Reino Unido, da Comissão Europeia, manifestou publicamente a sua opinião sobre o documento durante um debate na reunião plenária de janeiro do Comité Económico e Social Europeu.

No seu discurso, **Michel Barnier** salientou que não há nada de positivo no Brexit: «Trata-se de um divórcio e ninguém deve estar feliz após um divórcio. No entanto, este acordo alcançado com o Reino Unido prova que a UE não é uma prisão, como alguns demagogos à direita e à esquerda querem fazer acreditar. É possível sair, mas quem o quiser fazer tem de

enfrentar as consequências, que se traduzem em distorções e perturbações».

O acordo tinha por objetivo regulamentar os aspetos económicos e comerciais da relação entre a UE e o Reino Unido após a sua saída, sabendo que a história não acaba aqui: «Será necessário não só assegurar a aplicação adequada deste acordo, mas, sem dúvida, complementá-lo no futuro com determinados temas que o Reino Unido não quis incluir desta vez, como a defesa e a política externa».

Michel Barnier sublinhou também que o trabalho da Comissão Europeia não está terminado: a Comissão pretende acompanhar a aplicação do acordo e analisar atentamente qualquer proposta proveniente do lado britânico que possa originar divergências regulamentares.

A presidente do CESE, **Christa Schweng**, agradeceu a Michel Barnier pelo seu trabalho durante as negociações do Brexit, pela sua «transparência exemplar e pelo tempo dedicado a manter a sociedade civil informada ao longo do processo de negociação», como demonstra a sua intervenção nos debates das plenárias do CESE em cinco ocasiões.

Jack O'Connor, presidente do Grupo de Acompanhamento para o Brexit, do CESE, elogiou a forma como Michel Barnier lidou com a situação na Irlanda durante as negociações do Brexit e lembrou o compromisso assumido pelo CESE e pelo seu Grupo de Acompanhamento para o Brexit de «desempenhar o seu papel para otimizar o potencial deste acordo», particularmente em relação à sociedade civil do Reino Unido. (dgf)



CESE atento à mensagem das Nações Unidas: É possível reduzir para metade a pobreza na UE até 2030

É possível reduzir em 50% o número de pessoas em situação de pobreza ao longo da presente década, afirmou o relator especial das Nações Unidas sobre a pobreza extrema e os direitos humanos na reunião plenária do CESE, em janeiro, por ocasião da apresentação das conclusões da sua missão às instituições da UE

.

A redução da pobreza deve ser uma das principais prioridades do futuro plano de ação da Comissão Europeia para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, afirmou Olivier De Schutter, relator especial das

Nações Unidas sobre a pobreza extrema e os direitos humanos.

Olivier De Schutter salientou que a pobreza na UE afeta cada vez mais as mulheres e as famílias monoparentais.

Advertiu igualmente que o Pacto Ecológico apresentado pela Comissão, apesar da sua forte dimensão social, não substitui a necessidade de uma estratégia de redução da pobreza: «A redução da pobreza não é, em si, um objetivo do Pacto Ecológico», sublinhou.

Aduziu ainda que os **três entraves estruturais à luta contra a pobreza na UE** estão identificados:

- O **dumping fiscal** nos países da UE, em que a carga fiscal foi progressivamente transferida, ao longo dos últimos vinte anos, das empresas e das pessoas mais ricas para os trabalhadores, os consumidores e as famílias com rendimentos baixos;
- As **condições sociais e o custo do trabalho**, com políticas que procuraram melhorar a competitividade na ótica dos custos através da redução dos salários e das contribuições sociais pagas pelos empregadores;
- O **quadro macroeconómico** no seio da União Económica e Monetária, em particular o Pacto de Estabilidade e Crescimento, que deve ser revisto com a maior urgência, a fim de isentar das medidas de disciplina orçamental o investimento social na saúde e na educação.

Olivier De Schutter declarou que o plano de ação da Comissão para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais deveria incluir três objetivos ambiciosos:

- Uma estratégia de redução da pobreza para 2030, com uma meta ambiciosa de redução em 50% do número de pessoas em risco de pobreza;
- Uma Garantia para as Crianças em cinco domínios fundamentais: acesso à educação, cuidados na primeira infância, nutrição, habitação e cuidados de saúde, o que implicaria apoiar as famílias, assegurando-lhes rendimentos dignos, trabalho e acesso a prestações sociais;
- Um novo instrumento juridicamente vinculativo sobre regimes de rendimento mínimo, garantindo que os diferentes regimes na UE são adequados e que os Estados-Membros aplicam uma abordagem comum.

A presidente do CESE, **Christa Schweng**, afirmou que, mesmo antes da COVID-19, uma em cada cinco pessoas estava em risco de pobreza e de exclusão social na UE e que tal constituía uma falha das nossas sociedades europeias desenvolvidas. «Uma das melhores formas de retirar as pessoas da pobreza e de a evitar é o desenvolvimento da resiliência individual e societal», afirmou Christa Schweng.

Salientou em seguida que, para além do financiamento, importa igualmente adotar uma abordagem assente nos direitos, que reconheça nas pessoas em situação de pobreza não apenas titulares de direitos, mas também agentes da mudança. O compromisso de não deixar ninguém para trás implica capacitar ou recapacitar as pessoas para desempenharem um papel positivo na sociedade, acrescentou. (at/mp)



[Novo Pacto em matéria de Migração: no detalhe é que se esconde o diabo](#)

Na sessão plenária do CESE de 27 de janeiro, teve lugar um debate com a comissária Ylva Johansson antes da [adoção do Parecer do CESE - Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo](#). No seu parecer, o Comité manifestou reservas quanto à possibilidade de o Pacto contribuir para a criação de um quadro europeu comum aplicável à gestão da migração, que seja simultaneamente eficaz e consentâneo com os valores da UE.

O relator do parecer, **José Antonio Moreno Diaz**, afirmou: «As nossas expectativas em relação a este pacto eram grandes, mas tenho a dizer que estamos um tanto dececionados. A análise efetuada pela Comissão é útil e concordamos com as conclusões, mas as nossas esperanças foram frustradas, ou seja, as propostas à primeira vista até parecem ser viáveis, mas quando se entra nos detalhes o caso já muda de figura.»

O correlator, **Cristian Pîrvulescu**, lamentou que não se tivesse avançado em relação a algumas questões abordadas no pacto. «É triste constatar que houve mais recuos do que avanços. Encorajamos a Comissão a adotar uma abordagem mais audaciosa em relação a algumas destas questões.»

A principal objeção do CESE relaciona-se com o facto de o pacto estar focado na questão dos regressos e na gestão das fronteiras, descurando outros aspetos prementes, como os canais de imigração regular, as rotas seguras para os requerentes de asilo e a integração dos migrantes. Além disso, algumas das soluções propostas podem não ser praticáveis.

A comissária **Ylva Johansson** referiu que discordava completamente da crítica lançada à Comissão pela sua falta de ambição. «A realidade de hoje é muito diferente da realidade de 2015, ano em que tivemos um afluxo maciço de refugiados e em que a questão da recolocação era muito importante», afirmou, explicando que, hoje em dia, a grande maioria das pessoas que chegam irregularmente à UE não são refugiados. Acrescentou que, portanto, decisões e regressos rápidos eram muito importantes, da mesma maneira que era necessário garantir um processo justo a todos os requerentes de asilo.

«Aqueles que são elegíveis para ficar são bem-vindos e gostaríamos que fizessem parte da nossa sociedade», afirmou Ylva Johansson.

Durante o debate, o CESE manifestou-se muito preocupado com a situação dramática dos migrantes na fronteira da UE com a Bósnia-Herzegovina. (na)



[Acesso à justiça ambiental é fundamental para a aplicação do Pacto Ecológico Europeu](#)

Um relatório recente do CESE acolhe com agrado a [proposta da Comissão](#) de rever o [Regulamento Aarhus](#) da UE e melhorar o acesso dos cidadãos e das ONG à revisão administrativa e judicial em matéria de ambiente, mas salienta que o regulamento revisto não é suficientemente ambicioso.

Apesar de ser Parte na Convenção de Aarhus desde 2005, a União Europeia ainda não cumpre totalmente as respetivas disposições sobre o «acesso à justiça».

O regulamento alterado proposto pela Comissão é um progresso e um instrumento fundamental para aplicar o Pacto Ecológico Europeu, conclui o CESE, que, de uma forma geral, acolheu com agrado as alterações propostas, num relatório adotado em janeiro.

No entanto, o relator **Arnaud Schwartz** alertou para o facto de o novo regulamento conter lacunas que podem ser utilizadas pelas instituições da UE para se isentarem de responsabilidade.

Por exemplo, o CESE não apoia a proposta da Comissão de excluir atos da UE que impliquem «medidas nacionais de execução», uma vez que existe uma possibilidade real de esta exclusão invalidar ou desvirtuar o regulamento da Comissão.

Além disso, o CESE manifesta preocupação relativamente à reforma do «mecanismo de revisão interna», que, no Regulamento Aarhus original, permitia às ONG ambientais contestar atos administrativos e omissões da UE. Permitir às organizações da sociedade civil que requeiram uma revisão só depois de adotadas as medidas de execução excluiria do âmbito da revisão interna muitos, se não a maior parte, dos atos e omissões da UE.

O CESE insta igualmente a Comissão a facilitar o acesso à justiça para todas as organizações da sociedade civil.

«Os parceiros sociais são intervenientes fundamentais nas questões ambientais e devem ser reconhecidos explicitamente no que diz respeito ao acesso à justiça», salientou **Isabel Caño Aguilar**, correlatora do

CESE. «Para tornar a revisão judicial acessível na prática, as organizações da sociedade civil não devem suportar encargos adicionais, como custos adicionais e medidas burocráticas» concluiu Isabel Caño Aguilar. (mr)



Objetivos climáticos da UE: só uma abordagem holística pode transformar os desafios em oportunidades

O CESE reitera que **reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55% até 2030 é a escolha certa. No entanto, no seu Parecer - [Reforçar a ambição climática da Europa](#), o CESE salienta a necessidade de intensificar os esforços de consecução das metas intercalares, a fim de acelerar o processo, sob pena de não conseguir realizar o objetivo de neutralidade climática até 2050.**

Com efeito, a crise da COVID-19 criou desafios económicos tremendos. Porém, a reorientação do investimento para o Plano de Recuperação abriu caminho a uma nova estratégia: «investimento na recuperação combinado com uma ação climática ambiciosa», salientou **Jan Dirx**, correlator do CESE.

«Este parecer destaca igualmente a necessidade de reforçar a bioeconomia e de substituir os combustíveis fósseis, sendo, por isso, fundamental dar prioridade à atualização da legislação europeia sobre a transição para as fontes de energia renováveis», frisou **Arnold Puech d'Alissac**, relator do CESE.

É mais importante do que nunca aproveitar cada instrumento disponível para reforçar a ambição climática: o Pacto Ecológico, a Lei Clima, o Quadro Financeiro Plurianual, o Instrumento Next Generation EU, a política agrícola comum, a Estratégia do Prado ao Prato e a Estratégia de Biodiversidade, bem como as políticas e os acordos comerciais, entre outros. Todos eles se devem articular de forma coerente, assegurando que ninguém é esquecido na transição.

Os cidadãos são «parceiros essenciais na luta contra as alterações climáticas» e elementos indispensáveis para o êxito da política climática na UE.

Por conseguinte, o CESE reitera a sua proposta de criação de uma [Plataforma das Partes Interessadas do Pacto Europeu para o Clima](#), assente nos princípios da inclusividade e da transparência, bem como na participação e na apropriação efetivas pelos intervenientes no domínio do clima, a todos os níveis. (mr)



Comissão Consultiva das Mutações Industriais do CESE inicia novo mandato e adota programa de trabalho para 2021

Em 13 de janeiro, a **Comissão Consultiva das Mutações Industriais** (CCMI), do Comité Económico e Social Europeu, realizou a reunião inaugural do seu novo mandato e adotou o programa de trabalho para 2021.

O presidente da CCMI, **Pietro Francesco De Lotto**, a copresidente **Monika Sitárová**, bem como membros e delegados externos, cujo mandato começou em novembro de 2020 e terminará em novembro de 2025, adotaram, por unanimidade, as orientações políticas e o programa de trabalho da CCMI para 2021.

O programa de trabalho assenta em três pilares principais:

- Uma transição ecológica para a indústria da Europa;
- Um esforço global para digitalizar os setores produtivos da Europa;
- Um reforço da competitividade da indústria europeia a nível mundial, em linha com a atualização da política industrial para 2021, efetuada pela Comissão Europeia.

Na sua alocução introdutória, **Pietro Francesco De Lotto** salientou o papel ímpar que cabe à CCMI no CESE, disponibilizando conhecimentos especializados no domínio da indústria. Comentou ainda, a propósito da crise que estamos a atravessar:

«A indústria europeia não só tem de sobreviver à crise, mas também tem de criar as condições para melhorar a competitividade a nível mundial, com base na dupla transição energética e digital. *Os órgãos, as instituições e as organizações pertinentes europeus têm de a apoiar nesta tarefa.*»

A CCMI sucedeu ao Comité Consultivo da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), que lançou as bases da União Europeia tal como a conhecemos hoje. Quando o Tratado CECA caducou em 2002, acordou-se que a CCMI retomaria o seu legado e prosseguiria os trabalhos no domínio das atividades e relações industriais. (ks)



Está na altura de uma governação económica mais orientada para a prosperidade

O Comité Económico e Social Europeu congratula-se com as recomendações da Comissão sobre a política económica da área do euro. Apoia firmemente o pacote Next Generation EU e solicita a conclusão célere dos acordos necessários.

No entanto, a recuperação da crise da COVID-19 só será bem-sucedida se for acompanhada de uma reestruturação da nossa economia e sociedade. Além disso, a restauração da confiança é essencial para estabilizar a procura. Tal pode ser concretizado do seguinte modo:

Transição para uma governação económica mais orientada para a prosperidade e assente na solidariedade. O CESE apela para que o **processo de revisão** da governação económica, lançado pela Comissão, seja retomado quanto antes.

- Aumento do investimento privado e público, com uma «**regra de ouro**» para o investimento público, a fim de assegurar a produtividade e a base social e ambiental para as gerações futuras: «Para o efeito, será necessário excluir o investimento líquido do cálculo dos indicadores do défice», explica a relatora, **Judith Vorbach**.
- Aplicação do **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**: entre as iniciativas que visam uma Europa mais social, destaca-se uma proposta de diretiva relativa a salários mínimos adequados.
- **Reforma das políticas fiscais**, transferindo a carga fiscal sobre o trabalho para outras bases tributáveis menos prejudiciais à oferta de trabalho, tendo simultaneamente em conta o respetivo impacto na distribuição. O CESE apela para a realização de progressos substanciais na introdução de novos recursos próprios, como previsto no plano de recuperação. (na)



UE necessita de uma verdadeira estratégia de integração do sistema energético

O CESE juntou-se ao apelo da Comissão Europeia para a integração do sistema energético. No futuro, a eletricidade, o aquecimento e os transportes devem estar interligados, com o objetivo último de melhorar a eficiência e alcançar uma economia com impacto neutro no clima

Num [parecer](#) elaborado por **Lutz Ribbe** e adotado na reunião plenária de janeiro, o CESE assinala que uma estratégia como esta pode contribuir para assegurar o aprovisionamento energético, reduzir as importações de energia e fazer com que os preços acessíveis se tornem uma realidade para os consumidores europeus.

No entanto, na opinião do Comité, a Comissão Europeia não ilustra o modo como a UE pode garantir a segurança do aprovisionamento energético a partir de fontes de energia sem carbono ou hipocarbónicas.

«A transição energética na Europa só poderá ser bem-sucedida se forem abordados todos os aspetos», afirmou **Lutz Ribbe** numa intervenção à margem da reunião plenária.

«A Comissão afirma que 84% da procura de eletricidade deve ser satisfeita por fontes de energia renováveis, mas deixa em aberto as fontes a partir das quais a eletricidade restante deve ser produzida. Isto é inaceitável, tendo em conta a importância fundamental da segurança energética para a economia e os consumidores europeus, em particular porque se pode assumir que a procura de eletricidade aumentará devido à eletrificação do aprovisionamento de calor e do setor dos transportes, não obstante os ganhos de eficiência.»

O CESE concorda com a posição da Comissão de que a falta ou insuficiência da atribuição de um preço às emissões de CO₂ nos setores do aquecimento e dos transportes constitui um problema grave para a integração do sistema.

Acresce que nem sempre se privilegia a utilização de fontes de energia renováveis em relação aos combustíveis fósseis. Em muitos Estados-Membros, a existência de uma elevada tributação da eletricidade e de tarifas de rede excessivas resulta em distorções do mercado. Nestes casos, a utilização de eletricidade excedentária para produzir calor – a forma mais simples de integração do sistema – não é economicamente viável.

O Comité insta, por conseguinte, a Comissão a apresentar propostas de soluções concretas, em vez de se limitar a descrever o problema e de se mostrar algo hesitante e vaga. (mp)



Hidrogénio pode propulsionar um novo modelo social pós-COVID-19

A União Europeia tem de superar a crise da COVID-19 construindo um novo modelo de sociedade, assente em economias mais ecológicas, mais justas e mais resilientes. O hidrogénio permite produzir energia limpa, pelo que pode ser um fator-chave dessa transformação. Esta é a principal ideia veiculada num parecer de Pierre Jean Coulon adotado na reunião plenária de janeiro do CESE.

No parecer, o CESE apoia a Estratégia do Hidrogénio da UE apresentada pela Comissão Europeia, considerando-a um passo importante rumo a um ambiente propício ao aumento da oferta e da procura de hidrogénio e a uma economia com impacto neutro no clima.

«É necessário dar prioridade clara ao hidrogénio limpo, tendo em conta que esta é a única opção compatível com a neutralidade climática», afirmou **Pierre Jean Coulon** durante o debate em plenária. «Os fundos europeus para a recuperação devem permitir às empresas, aos inovadores, aos trabalhadores e aos investidores afirmar a sua liderança mundial nos mercados das energias limpas, que se encontram em plena

expansão.»

Em particular, o CESE apoia a constituição de uma Aliança Europeia para o Hidrogénio Limpo encarregada de planear os investimentos na produção e de organizar a procura de hidrogénio limpo na UE.

Este órgão reunirá líderes da indústria, representantes da sociedade civil, ministros nacionais e regionais, bem como representantes do Banco Europeu de Investimento. Uma vez que esta aliança desempenhará um papel fundamental na aceleração da transformação das indústrias europeias, é essencial que o CESE participe na sua qualidade de representante da sociedade civil organizada. (mp)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



[Acordo do Brexit: empresas necessitam de período de adaptação](#)

Declaração do presidente do Grupo dos Empregadores do CESE, Stefano Mallia

Os Empregadores da UE congratulam-se com o acordo do Brexit e felicitam a equipa de negociadores da Comissão Europeia, liderada magistralmente por Michel Barnier. No entanto, as empresas deparam-se com um tratado comercial de 1 200 páginas e, enquanto tentam entender os seus meandros, apelam para um período de adaptação que as ajudará a aprender rapidamente a lidar com a nova realidade.

Os empregadores europeus congratulam-se com o facto de se ter alcançado um acordo para o Brexit e preservado a integridade do mercado único. Contudo, mesmo que não sejam cobrados direitos aduaneiros ou impostas quotas restritivas para as mercadorias comercializadas, há toda uma série de novos controlos aduaneiros e regulamentares, nomeadamente regras de origem e requisitos de conteúdo local rigorosos, que criarão burocracia, possivelmente retardando os procedimentos, e as cadeias de abastecimento levarão algum tempo a adaptar-se à nova realidade.

Por este motivo, **as empresas necessitam de um período de adaptação** que lhes permita acompanhar a mudança. Para apoiar todas as empresas, em especial as PME, na aplicação do acordo, é necessário criar um sistema sólido, como uma rede **SOLVIT para o BREXIT**.

Ao mesmo tempo, é óbvio que será necessário regressar à mesa das negociações, a fim de incluir no acordo o setor dos serviços, assegurar um fluxo de dados harmonioso entre a UE e o Reino Unido e garantir o reconhecimento mútuo das qualificações.

Se queremos manter uma ligação estreita entre a Europa e o Reino Unido, temos de continuar a trabalhar na nossa relação. O Reino Unido nunca pode ser apenas mais um país terceiro. O acordo deve constituir uma plataforma sólida para a cooperação futura numa série de domínios que têm um impacto importante no nosso ambiente concorrencial, desde as alterações climáticas e a transformação digital até à investigação e inovação, passando pela normalização. No entanto, este acordo é apenas a etapa final do início de uma nova relação.

A sociedade civil e os empregadores, em particular, devem lutar para manter abertos os canais de comércio e construir uma estrutura sólida que favoreça essa abertura. (dv/kr)



Não é possível haver recuperação sem recuperação social

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

Num webinar realizado pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE, em janeiro, foi salientada a necessidade de a próxima Cimeira Social do Porto resultar num novo contrato social.

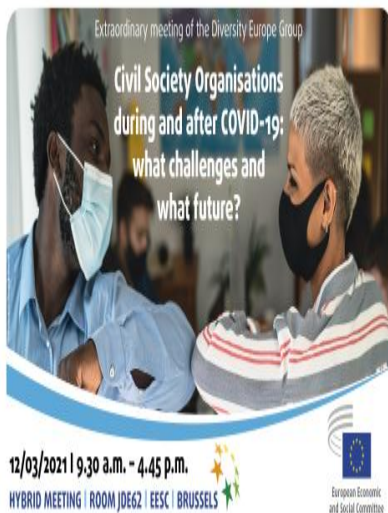
Estamos a atravessar a pior crise sanitária e económica da história da União Europeia. No entanto, se bem que a pandemia aumentou a pobreza, o desemprego e a desigualdade, estas questões estão longe de ser novas.

Para debatê-las, o [Grupo dos Trabalhadores do CESE realizou um webinar](#), em finais de janeiro, que contou com a participação de **Nicolas Schmit**, comissário do Emprego e Direitos Sociais, **Ana Mendes Godinho**, ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal (substituída, por razões de saúde, pelo secretário de Estado do Trabalho e da Formação Profissional, **Miguel Cabrita**), **Iratxe García Pérez**, presidente do Grupo S&D no Parlamento Europeu, e **Oliver Röpke**, presidente do Grupo dos Trabalhadores do CESE.

Os oradores assinalaram que estão disponíveis instrumentos para prestar apoio onde ele é necessário e que é preciso aplicá-los. Mais do que metas, são necessárias políticas eficazes para que o Pilar Europeu dos Direitos Sociais se torne uma realidade tangível para os cidadãos. O Plano de Ação para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais deve prever medidas e iniciativas legislativas, a curto, médio e longo prazo, bem como orçamento suficiente.

Defendeu-se a ideia de que a Cimeira do Porto deverá resultar numa verdadeira mudança de rumo, sabendo-se que não há recuperação sem recuperação social nem sustentabilidade sem sustentabilidade social. A forma de o fazer consiste em promover a participação da sociedade civil e dos parceiros sociais no processo, proporcionar uma verdadeira plataforma de participação dos trabalhadores, que lhes dê voz, e reforçar a negociação coletiva e as convenções coletivas de trabalho.

A Agenda do Porto 2030, que será adotada na cimeira, deve abranger e abordar, para além da COVID-19, questões estruturais relacionadas com a globalização, a redistribuição da riqueza, a proteção do mercado de trabalho, o investimento social, a agenda social no âmbito do novo Pacto Ecológico e do Semestre Europeu e o fim das políticas de austeridade, entre muitas outras preocupações. Deverá ser o início de um novo contrato social, evitando-se ceder à tentação de regressar ao *statu quo* e assinalando o tipo de futuro que pretendemos construir. Os oradores salientaram que devemos assegurar a aplicação das normas vigentes e a adoção das normas necessárias, unindo os cidadãos e os Estados-Membros nesse processo pautado por solidariedade, igualdade e sustentabilidade para realizar um forte investimento social no nosso futuro. (prp)



Impacto da COVID-19 na sociedade civil organizada será tema da Conferência do Grupo Diversidade Europa

Pelo Grupo Diversidade Europa do CESE

Em 12 de março, o Grupo Diversidade Europa acolherá, em formato híbrido, uma conferência intitulada «As organizações da sociedade civil durante e após a COVID-19: que desafios e que futuro». No evento, assistiremos ao lançamento do estudo do CESE sobre «A resposta das organizações da sociedade civil à pandemia da COVID-19 e as consequentes medidas de confinamento adotadas na Europa», bem como a debates temáticos com oradores de alto nível e representantes da

sociedade civil.

O estudo, encomendado pelo CESE a pedido do Grupo Diversidade Europa, destaca as atividades levadas a cabo pelas organizações da sociedade civil para ajudar as comunidades locais e os grupos vulneráveis a fazer face à pandemia. Os dados quantitativos e qualitativos sobre as suas atividades são apresentados através de estudos de caso.

Os autores seguiram um método que combinou trabalho de pesquisa e um inquérito de fundo realizado em linha. O estudo destaca temas essenciais para o futuro das organizações da sociedade civil, como a falta de fluxos de financiamento estáveis, quadros jurídicos e recursos e competências adequados, o que exigirá uma reflexão sobre o futuro e decisões políticas arrojadas para garantir a preservação e o reforço das capacidades destas organizações na fase de recuperação pós-COVID-19. Os autores do estudo apresentarão as suas principais conclusões e recomendações na conferência.

Os debates subsequentes com oradores de alto nível e representantes da sociedade civil abordarão o impacto que a pandemia teve nos grupos vulneráveis, a forma como as organizações da sociedade civil ajudaram estes grupos vulneráveis, as iniciativas empreendidas por essas organizações para avaliarem a

sua resposta à crise e o modo como contribuirão para a reconstrução e para a sustentabilidade das comunidades após a COVID-19.

Estão disponíveis mais informações sobre o evento em: <https://europa.eu/!PG36rF> (jk)

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



Jornadas da Sociedade Civil 2021: uma recuperação sustentável para o futuro dos cidadãos europeus

Que forma deverá revestir a recuperação sustentável da crise da COVID-19 na Europa? Quais são os principais pontos fortes em que a UE deve apostar para assegurar um futuro promissor para os seus cidadãos? Estas serão as questões centrais das Jornadas da Sociedade Civil 2021 do CESE, que terão lugar em linha, de 1 a 5 de março.

Ao longo da pandemia, a sociedade civil organizada tem desempenhado um papel fundamental na resposta aos inúmeros desafios colocados pela crise da COVID-19, incluindo o apoio aos poderes públicos que lutam para

superar enormes dificuldades.

A sua experiência prática poderá enriquecer o debate sobre a recuperação e contribuir de forma oportuna para a **Conferência sobre o Futuro da Europa** que poderá ter início em maio, agora que foi ultrapassado o impasse relativamente à sua liderança.

As Jornadas da Sociedade Civil 2021 do CESE serão o palco de debates estimulantes em que oradores abordarão, de forma inspiradora, os seguintes temas principais:

- uma democracia sustentável a vários níveis na Europa
- a economia social e o empreendedorismo dos jovens para uma recuperação sustentável
- o papel da educação e da cultura na recuperação sustentável da Europa
- o futuro do trabalho na economia do bem-estar
- o ativismo dos jovens, a mudança sistémica e a recuperação na Europa
- um pacto ecológico social para uma recuperação sustentável
- o papel dos principais grupos da sociedade civil na Vaga de Renovação
- o papel e o valor económico dos voluntários para abrir caminho à recuperação e ir mais além

As pessoas e organizações interessadas em participar na conferência podem obter mais informações e registar-se [aqui](#). (dm)



CESE organiza debate nas redes sociais sobre o papel da mudança sistémica na ação climática

Em 20 de março, o CESE organizará um evento nas redes sociais reunindo jovens peritos, ativistas e representantes de grupos de interesses de toda a Europa para debater a mudança sistémica na ação climática.

Em 18 e 19 de março, a [edição de 2021 do evento do CESE «A tua Europa, a tua voz»](#) acolherá mais de 100 estudantes de 33 países para um debate em linha sobre as alterações climáticas, inspirado na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP). O debate será aberto por **Frans Timmermans**, vice-presidente executivo da Comissão Europeia, e encerrado por **Ska Keller**, vice-presidente do

Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia no Parlamento Europeu.

Paralelamente, e tal como numa COP, o CESE organizará um **evento público** para os jovens na manhã de sábado, 20 de março de 2021, intitulado «**Designing Systemic Change**» [Gerar Mudança Sistémica], que será transmitido em direto nas redes sociais.

Haverá vários painéis cuja missão principal será definir o significado de mudança sistémica, bem como a forma de a implementar, apresentando exemplos tangíveis e pessoais de atividades sustentáveis com potencial para impulsionar essa mudança. A atividade proporcionará aos nossos jovens novos conhecimentos valiosos e, mais importante ainda, a oportunidade de exprimirem os seus pontos de vista e ideias.

Para além do debate, o público terá a oportunidade de **descobrir a mudança sistémica através da arte**. Um evento cultural em linha ligado ao debate permitirá ao público jovem testemunhar uma mudança sistémica e as suas implicações num contexto mais vasto. Para acompanhar o evento, visite a página «[Your Europe, Your Say](#)» no Facebook.



A cultura em direto na primeira Tertúlia das Artes do CESE deste ano

Na segunda-feira, 25 de janeiro, o Comité Económico e Social Europeu organizou a sua primeira Tertúlia das Artes por ocasião do lançamento virtual da exposição em linha «Hand in Hand» [De mãos dadas] de [Maria Reis Rocha](#).

Cillian Lohan, vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação, **Gonçalo Lobo Xavier**, membro do CESE, e a artista portuguesa das obras expostas convidaram os espetadores para uma «viagem cultural» e para refletirem sobre os desafios sociais através de ilustrações magníficas.

Se perdeu esta tertúlia, assista [aqui](#) à sua gravação.

A exposição «Hand in Hand» foi organizada no âmbito da Presidência portuguesa do Conselho da UE e decorreu até 15 de fevereiro de 2021.

Visite a galeria em linha e conheça melhor o trabalho da artista clicando em <https://europa.eu/WX93Qu> (ck)

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Amalia Tsoumani (at)
Chloé Lahousse (cl)
Chrysanthi Kokkini (ck)
Daniela Marangoni (dm)
David Gippini Fournier (dgf)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Magdalena Walczak Jarosz (mwj)
Marco Pezzani (mp)
Margarita Gavanis (mg)
Nicola Accardo (na)
Pablo Ribera Paya (prp)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Katerina Serifi (ks)

Technical support
Bernhard Knoblach (bk)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

02/2021